

Artigo

A fronteira abissal no Oeste do Pará: Conflitos geoepistêmicos frente à implantação de grandes projetos espaciais

Rafael Zilio

83

Resumo

A Amazônia enquanto “fronteira” pode ser entendida através da expansão geográfica do capital materializada na implantação de grandes projetos espaciais como portos, usinas hidrelétricas, estradas e as grandes extensões de terra vinculadas ao agronegócio. Contudo, diversas gentes resistem e existem apesar e mesmo contra tais projetos, seja pela manutenção de seu território, seja pela manutenção da própria vida: ribeirinhos, “indígenas”, quilombolas, trabalhadores rurais etc. Nossa mirada é sobre as lógicas espaciais em tensão entre esses dois desiguais grupos, o que implica dizer que, além de serem conflitos de territorialidades e ambientais, também são *conflitos geoepistêmicos*. Na primeira seção refletimos sobre a “fronteira do capital” e apresentamos a abordagem de uma “fronteira abissal” para dar conta de tais lógicas espaciais em tensão. Após, contextualizamos o oeste do Pará, mais precisamente a região que tem Santarém como cidade principal, no que se refere à implantação dos grandes projetos espaciais, destacando o caso do “Porto do Maicá” e seu possível avanço sobre territorialidades ribeirinhas e quilombolas. A seguir, nos aprofundamos no caso da autodemarcação da Terra Indígena Munduruku no Planalto Santareno, e em como tal território é ameaçado pela expansão do agronegócio. Relacionamos, na seção seguinte, os conflitos geoepistêmicos a partir do contexto da contemporânea encruzilhada civilizatória com a necessidade de compreensão do sentido de autonomia que diversos povos trazem para enfrentar a fronteira abissal. Por fim, arrematamos defendendo a importância da ideia de fronteira abissal na análise dos conflitos geoepistêmicos presentes no oeste do Pará em particular e, talvez, na Amazônia em geral.

Palavras-chave: Fronteira abissal; conflitos geoepistêmicos; grandes projetos espaciais; Oeste do Pará; Amazônia.

The abyssal border on Western Pará (Brazil): Geoepistemic conflicts in face of the implementation of large spatial projects

Abstract

Amazon as a “border” can be understood by the geographical expansion of capital materialized on large spatial projects as harbors, hydroelectric power plants, highways and large tracts of land linked to agribusiness. However, many people resist and exist despite and even against such projects, either for its territory maintenance or for maintaining life itself: local dwellers, “indigenous” people, quilombolas, rural workers etc. Our look is at the spatial logics in tension between these two unequal groups, which means that, in addition to being territorial and environmental conflicts, they are also geoepistemic conflicts. In the first section we have reflected on the “capital border” and presenting the “abyssal frontier” approach in order to read such spatial logics in tension. Then, we have contextualized western Pará, more precisely the region that has Santarém as its main city, concerning large space projects implementation, highlighting the case of “Maicá Harbor” and its possible advance on riparian and quilombola territorialities. Next, we have focused on the Munduruku Indigenous Land self-demarcation case at the Santarenean Plateau and how such territory is being threatened by agribusiness expansion. In the following section, we have connected the geoepistemic conflicts from contemporary civilizational crossroads context to the need to understand the autonomy sense that different peoples bring to face the abyssal border. Finally, we have concluded by defending the abyssal border importance in the geoepistemic conflicts analysis present in western Pará in particular and, perhaps, in the Amazon in general.

84

Keywords: Abyssal border; geoepistemical conflicts; large spatial projects; Western Pará (Brazil); Amazonia.

La frontera abisal en el Oeste del Pará (Brasil): Conflictos geoepistémicos frente la implantación de grandes proyectos espaciales

Resumen

La Amazonia mientras “frontera” puede ser comprendida a través de la expansión geográfica del capital materializado en la implantación de grandes proyectos espaciales como puertos, usinas hidroeléctricas, carreteras y las grandes extensiones de tierra vinculadas al agronegocio. Sin embargo, diversas personas resisten y existen a pesar y mismo contra tales proyectos, sea por el mantenimiento de su territorio, sea por el mantenimiento de su propia vida: ribereños, “indígenas”, *quilombolas*, trabajadores rurales etc. Nuestra mirada es sobre las lógicas espaciales en tensión entre esos dos grupos desiguales, lo que implica decir que, además de los conflictos de territorialidades y ambientales, también son *conflictos geoepistémicos*. En la primera sección reflejamos sobre la “frontera del capital” y presentamos el abordaje de una “frontera abisal” para dar cuenta de tales lógicas espaciales en tensión. Tras, contextualizamos el oeste del Pará, más precisamente la región que tiene Santarém como ciudad principal, con respecto a la implan-

tación de los grandes proyectos espaciales, destacando el caso del “Puerto de Maicá” y su posible avance sobre territorialidades ribereñas y quilombolas. A continuación, profundizamos en el caso de la autodemarcación de la Tierra Indígena Munduruku en el altiplano Santareno, y cómo dicho territorio se ve amenazado por la expansión del agronegocio. En el siguiente apartado, relacionamos los conflictos geoepistémicos desde el contexto de la contemporánea encrucijada civilizatoria con la necesidad de comprender el sentido de autonomía que los diferentes pueblos traen para enfrentar la frontera abisal. Finalmente, concluimos defendiendo la importancia de la idea de frontera abisal en el análisis de los conflictos geoepistémicos presentes en el oeste del Pará en particular y, tal vez, en Amazonia en general.

Palabras-clave: Frontera abisal; conflictos geoepistémicos; grandes proyectos espaciales; Oeste del Pará; Amazonia.

Introdução: Da fronteira do capital à fronteira abissal

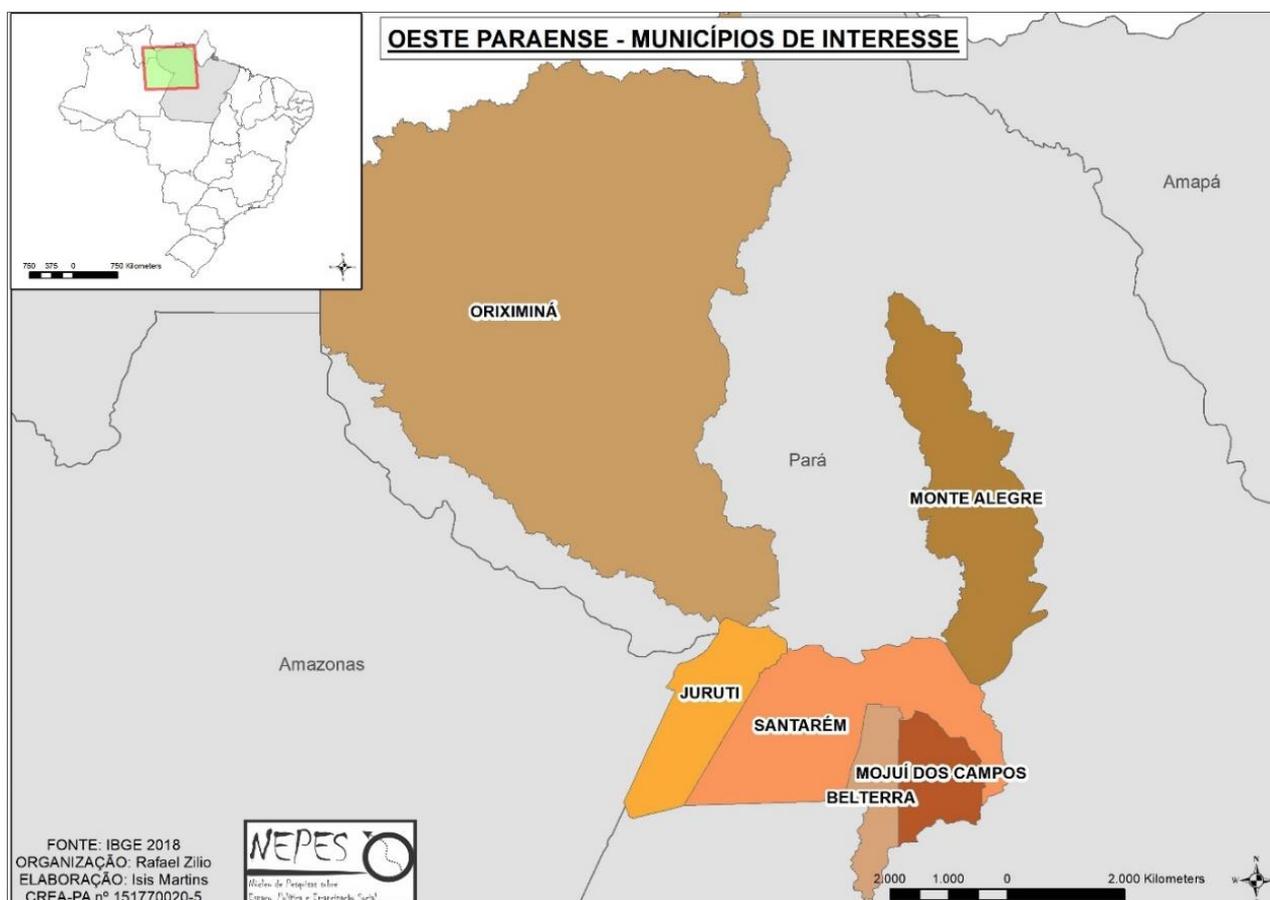
A Amazônia é usualmente tida como uma fronteira. Ainda que não uma fronteira estatal (embora atravessada por esta), são comuns na literatura, acadêmica ou não, referências a uma fronteira de expansão do capital ou uma fronteira consolidada e derivados, como “fronteira agrícola” (BECKER, 1990; BRINGEL, 2012; BRINGEL; GONÇALVES, 2015; MACHADO; MIRANDA, 1990; CASTRO, 2008; CORTES, 2012; CORTES; D’ANTONA, 2016; MACEDO; GOMES JÚNIOR, 2019). Além destes, não podemos deixar de mencionar o importante trabalho de José de Souza Martins (2009) que, para além de uma dimensão propriamente econômica, viu a expansão do capital como também expansão de uma lógica “estranha” aos lugares onde adentrava, os “confins do humano”, para utilizar uma expressão do autor.

A bibliografia consultada, em sua grande maioria (porém com importantes exceções), prioriza a dimensão econômica de expansão geográfica do capital para um espaço ainda a ser explorado ou de incorporação recente à lógica do capital transnacional. São corriqueiras as análises da instalação de *grandes projetos espaciais* em áreas logisticamente pouco privilegiadas do ponto de vista dos circuitos espaciais da produção, da distribuição e do consumo capitalistas, principalmente a partir dos anos 1970 onde, na esteira da ideologia integracionista da ditadura civil-militar (1964-1985), acelerou-se a implantação de tais grandes projetos. Além disso, importantes são as análises dos impactos

da implantação desses projetos consumidores de grandes espaços sobre a vida de *gentes*¹ de povos “tradicionais” (quilombolas, ribeirinhos, pequenos agricultores etc.) ou originários (“indígenas”).

Como recorte espacial amplo do presente artigo, tomamos a área de influência direta de Santarém, no Oeste do Pará. Consideramos este um bom exemplo desse processo, principalmente a partir do início dos anos 2000. Seleccionamos, para o **Mapa 1**, alguns municípios que apresentam expressivo número de conflitos entre diferentes povos e os grandes projetos espaciais.

Mapa 1: Localização de municípios selecionados no Oeste do Pará.



Fonte: IBGE (2018).

¹ O termo *gentes* considera os protagonistas de um fenômeno social como dotados de história, memória, afetividade, interesses e motivações para a reprodução da vida social (lutas sociais inclusas). Difere de termos como *população*, *indivíduos* ou *sujeitos*. Aqui inspirei-me em Goettert (2010).

Almejamos ir além da dimensão econômica sem deixar de lado sua importância. Para nós o que está em jogo são lógicas distintas e antagônicas de organização do espaço, são saberes, matrizes de racionalidade e significações imaginárias sociais² que repercutem em espacialidades diferentes daquelas perpetuadas pelo modelo civilizatório capitalista.

Para o foco deste trabalho, as significações imaginárias sociais capitalistas manifestam-se geograficamente nos chamados “projetos de desenvolvimento” ou, como preferimos, nos *grandes projetos espaciais*, projetos consumidores de grandes extensões do substrato espacial material e que se sobrepõem violentamente (simbolicamente e/ou fisicamente) a territorialidades que se tornam, então, marginalizadas. Já significações imaginárias sociais outras, não capitalistas, repercutem em espacialidades/territorialidades que apresentam um componente de resistência, existência e autonomia frente ao avanço do capital territorializante (com o auxílio fundamental do Estado), e remetem a diversos grupos sociais chamados de “marginalizados” ou “minoritários”. Consideramos, pois, que os conflitos de territorialidades expressos no embate grandes projetos espaciais versus territórios ameaçados, para além do componente material, possuem uma dimensão imaterial que envolve o imaginário – saberes, valores, epistemes – e sua espacialidade. Logo, trata-se também de *conflitos geoepestêmicos*³.

1. Fronteira abissal e colonialidade

Compreende-se a região denominada Oeste do Pará, sob um ponto de vista político-espacial, como uma *fronteira abissal*. Esta expressão original inspira-se no que Boaventura de Sousa Santos (2009) entende por *pensamento abissal*. O pensamento abissal

² Entendemos *imaginário* e *significações imaginárias sociais* a partir da obra de Castoriadis (1982).

³ Inspirando-me em escritos e falas da pedagoga Catherine Walsh e do geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves.

é uma expressão fundamental da constituição do sistema-mundo moderno-colonial⁴ e denota o pensamento moderno baseado no imaginário que separa brutalmente as gentes dos espaços metropolitanos e as gentes das zonas coloniais. O pensamento (e a práxis) abissal aumenta exponencialmente distinções e transforma, através do contrato social (Rousseau), simultaneidade em não-contemporaneidade (SANTOS, 2009). Assim, a imposição do saber científico moderno (um tipo de saber localizado e exportável) sobre zonas coloniais produz o que Mignolo (2005) chama de *epistemologia fronteira*, e o que, de maneira semelhante, Santos (2009) denomina *epistemologias do Sul global*.

Para Quijano (2000) e Mignolo (2005), o *colonialismo* foi um processo de dominação territorial que fraturou o mundo entre metrópoles e colônias através da força e da expansão do modelo civilizatório ocidental capitalista originado em uma província específica do planeta: a Europa. Além de genocídios, o colonialismo também provocou *epistemicídios*, ou seja, a morte / o desaparecimento de saberes. Já a *colonialidade* é um elemento oriundo do colonialismo e que permanece como traço fundante da sociedade global contemporânea mesmo após o (quase) fim do colonialismo formal ou “tradicional”, expressando-se por significações imaginárias sociais que separam um “eu” (homem, branco, heterossexual, oriundo do Norte Global etc.) e o “outro” (o “resto”). Disso depreende-se que as linhas abissais nas últimas décadas, com o processo de globalização, mais especificamente com o aumento exponencial dos fluxos migratórios do Sul para o Norte Global e também dos fluxos Sul-Sul, transmutaram-se do binarismo metrópole/colônia para diversas manifestações tanto em países centrais como em países semiperiféricos e periféricos. Aqueles e aquelas que antes estavam subalternizados nas antigas colônias começaram a ter suas vozes e ideias ouvidas e compartilhadas inclusive nas antigas metrópoles, o que Mignolo (2005) chama de *inversão epistemológica*.

Geograficamente falando, trabalhamos com a ideia de que os conflitos de territorialidades (que também são conflitos ambientais) no Oeste do Pará são também *conflitos*

⁴ Por Aníbal Quijano em diálogo com Immanuel Wallerstein. Ver, por exemplo, Quijano e Wallerstein (1992) e Porto-Gonçalves (2006).

geopistêmicos, onde diferentes saberes e suas espacialidades disputam não somente um (tipo de) território, mas sim formas distintas de conhecer e viver o espaço geográfico. Assim sendo, este referencial empírico constitui uma fronteira abissal: uma expressão espacial do pensamento (e da práxis) abissal na contemporaneidade. Isto remete a conflitos entre distintas concepções e conhecimentos de mundo (distintas geografias): de um lado grandes grupos e instituições como corporações transnacionais, proprietários de enormes extensões de terra e o Estado; de outro, grupos sociais secularmente subalternizados, colocados “do outro lado” da linha abissal, como povos originários, quilombolas, ribeirinhos e trabalhadores(as) rurais.

2. A lógica dos grandes projetos espaciais no Oeste do Pará

O Oeste do Pará viu a expansão geográfica do capitalismo ser facilitada pela construção das rodovias BR-163⁵ e BR-230 (Transamazônica), que se cruzam ao sul do município de Santarém. Estes foram grandes projetos espaciais logísticos frutos de regimes autoritários. Por sua vez, o grande projeto espacial do agronegócio, já consolidado nas regiões Centro-Oeste e Sul, aumenta enormemente sua territorialização a partir do início dos anos 2000 com a aquisição de terras baratas e grilagem nos municípios de Santarém e Belterra, e implantação das monoculturas de soja e milho, principalmente. Nesse processo, aumentam as pressões sobre o Estado por parte dos grandes proprietários rurais do Oeste do Pará e do Centro-Oeste para incrementar a infraestrutura logística da região, uma vez que a BR-163 é um dos principais corredores de escoamento de *commodities* do Brasil.

No ano de 2009 é concluída importante obra logística: o porto graneleiro da Cargill. Situado na orla da cidade de Santarém, próximo à área central, trouxe impactos em dife-

⁵ Apesar de ser conhecida como “Cuiabá-Santarém”, a BR-163, de Norte a Sul, vai de Santarém a Tenente Portela (RS).

rentes escalas. Na escala local, suprimiu relevante espaço de lazer da população, principalmente de menor renda e capacidade de deslocamento (a praia de Vera Paz), além de enorme modificação paisagística, uma vez que sua estrutura provoca significativo impacto visual, como demonstra a **Foto 1**. Junto ao porto de Itaituba (PA), é atualmente o responsável por escoar a maior parte da produção de *commodities* do Centro-Oeste brasileiro, tendo como destino majoritário a China.

Foto 1: Porto da Cargill localizado na orla da cidade de Santarém.



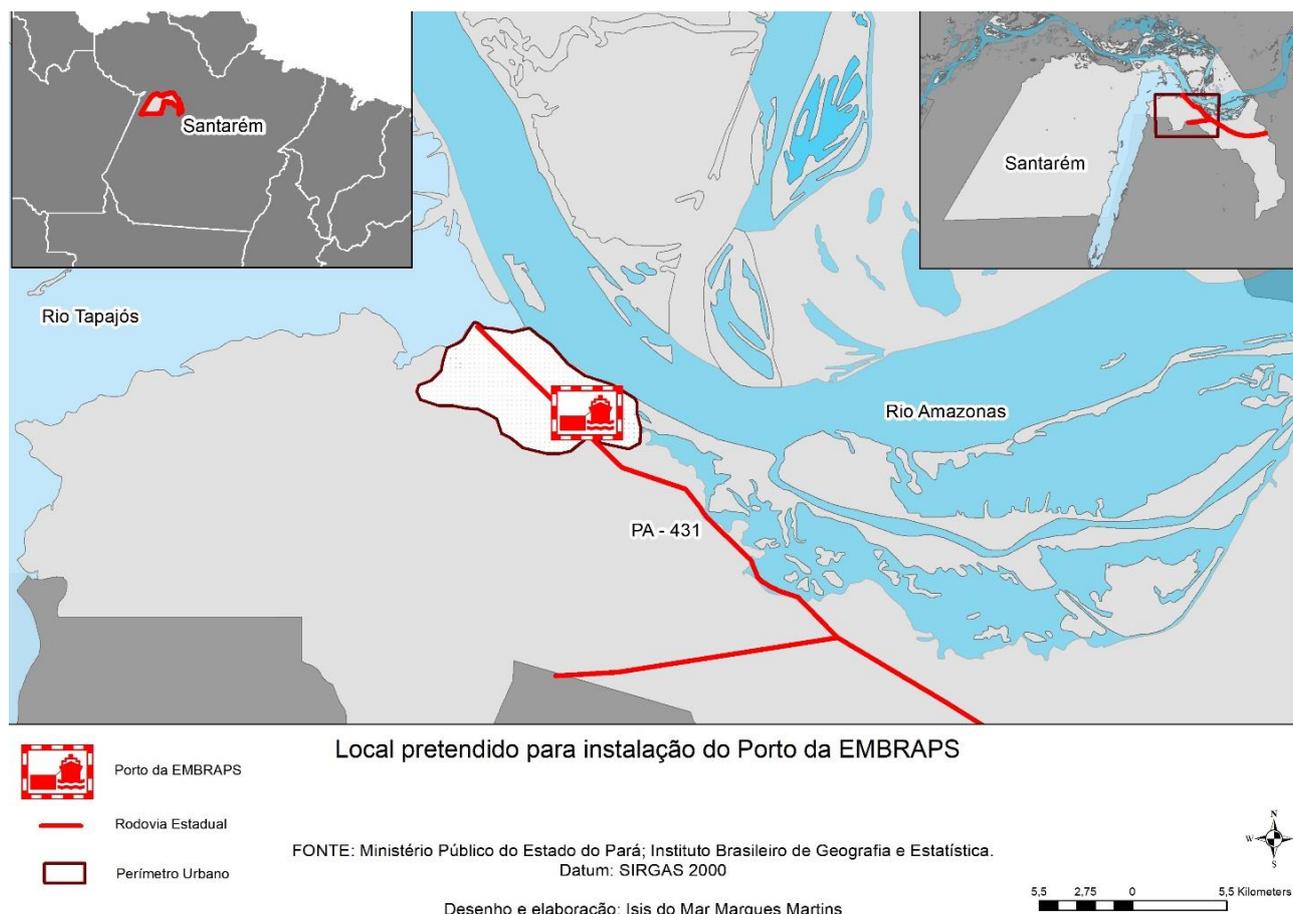
Fonte: João Romano, fotógrafo do site Amazônia Latitude⁶.

Na esteira do supracitado porto, um complexo logístico envolvendo portos, estradas e outros objetos geográficos auxiliares que se caracterizam como grandes projetos

⁶ Disponível em: <<https://amazonialatitude.com/2019/03/12/projeto-de-porto-da-embraps-ameaca-meio-ambiente-e-povos-tradicionais-do-lago-do-maica/>>. Acesso em 05/08/2020.

especiais está nos planos de grandes corporações e agentes do Estado. A Empresa Brasileira de Portos de Santarém (EMBRAPS), instituição privada, tem na mira a construção de um porto no Lago do Maicá, próximo do encontro das águas dos rios Amazonas e Tapajós (**Mapa 2**). Por isso tal empreendimento ficou conhecido como “Porto do Maicá”.

Mapa 2: Localização da área pretendida para instalação do Porto da EMBRAPs.



Fonte: Ministério Público do Pará; IBGE.

O Lago do Maicá é um rico e frágil ecossistema contendo fauna e flora com algumas espécies únicas, formado pelo fenômeno das terras caídas⁷. Em grande parte, sua preservação deriva da ocupação de diversas gentes ao longo dos séculos, sendo que os principais grupos presentes hoje são ribeirinhos e quilombolas. Estes, com o apoio de

⁷ Processo erosivo fluvial comum nas margens do Rio Amazonas.

outros agentes como o Ministério Público Estadual do Pará (MPPA) e o Ministério Público Federal (MPF), bem como organizações não-governamentais e pesquisadoras(es) da Universidade Federal do Oeste do Pará, entre outras, mobilizaram-se desde meados de 2012 contra este grande projeto espacial. Atualmente, o empreendimento encontra-se embargado. Um rápido panorama da área pode ser observado no **Mosaico de Fotos 1**.

Mosaico de Fotos 1: área a ser atingida pela implantação do “Porto do Maicá”. a) Vista aérea do lago; b) Vista de residências de ribeirinhos; c) e d) Ribeirinhos em atividade no local.



Fonte: João Romano, fotógrafo do site Amazônia Latitude (vide nota de rodapé 6).

As práticas espaciais de resistência ao empreendimento do porto caracterizaram-se em duas frentes: no plano da ação direta, marchas e bloqueios de vias importantes, notadamente a BR-163; no plano da luta institucional, participação em audiências públicas

e atuação em conjunto com o MPPA⁸. Em tais ações sempre se destacam a necessidade da manutenção do modo de vida das comunidades a serem atingidas não apenas do ponto de vista da subsistência econômica, mas também e, principalmente, da possibilidade de reprodução social com alguma (porém limitada) autodeterminação. Ademais, a manutenção do modo de vida e a resistência à eminente desterritorialização das comunidades ribeirinhas e quilombolas remetem a uma lógica de organização espacial que limita a expansão geográfica do capital. Trata-se, portanto, de lógicas distintas de organização do espaço em tensão.

A lógica espacial dos grandes projetos sobrepuja a lógica espacial da miríade de gentes ribeirinhas, quilombolas, agricultoras com ou sem-terra e de povos originários. É uma lógica ainda colonial, como se a colonialidade do poder ainda se perpetuasse no século XXI. O colonialismo “tradicional” pode ter acabado, mas um colonialismo do século XXI ainda persiste; por isso, uma perspectiva anticolonial⁹ faz-se necessária na análise do conflito de territorialidades que também é conflito geoepistêmico. Vejamos a seguir a questão do território Munduruku no Planalto Santareno ameaçado pela expansão do agronegócio.

3. A construção da autonomia territorial Munduruku

O caso da autodemarcação territorial do povo Munduruku no Planalto Santareno (PA), resultando na Terra Indígena (TI) Munduruku Planalto, é exemplar de como a organização política de um grupo social ameaçado por grandes projetos espaciais pode se desdobrar em ganhos de autonomia significativos e proteção territorial e epistêmica. Antes de detalharmos tal experiência é importante colocarmos a *autonomia* em foco e oferecer um breve caminho até chegarmos à autodemarcação de um território “indígena”.

⁸ Para mais sobre luta institucional e ação direta, ver Souza (2010).

⁹ Sobre um *olhar anticolonial*, nos apoiamos em Souza (2019, Introdução), além dos diversos autores citados neste trabalho.

Autonomia é um termo muito presente nos últimos anos em diversas lutas sociais na América Latina¹⁰, denotando interessante mestiçagem epistemológica entre saberes originários e saberes alienígenas oriundos do centro do Ocidente (Europa). O conteúdo da autonomia, os sentidos da autonomia, também são diversos. Contudo, identificamos como elementos comuns: a *resistência* à expansão geográfica e subjetiva do capital (grandes projetos espaciais inclusos); o *questionamento* da imposição do modelo do Estado territorial moderno (um modelo político-espacial originário na Europa e violentamente expandido para o restante do globo via colonialidade do poder); e uma proposição de *existência* alternativa ao imaginário heterônomo capitalista.

Partamos do *projeto de autonomia* de Castoriadis (1982, 1992, 2002, 2005, entre outros), tendo em mente a autonomia em sua indissociabilidade individual e coletiva e os possíveis *ganhos de autonomia* (SOUZA, 2006). Segundo o filósofo greco-francês, a autonomia (do grego *autós nómos*: dar-se a si mesmo suas próprias leis) é o agir reflexivo de uma razão, que se cria num movimento sem fim, ao mesmo tempo individual e social (CASTORIADIS, 1992, p. 140).

A autonomia possui dois pilares complementares, a *autonomia individual* e a *autonomia coletiva*. A primeira remete à capacidade dos indivíduos de modelarem suas vidas e abraçar causas e projetos largamente de acordo com os seus desejos e inclinações; já a segunda diz respeito à construção e defesa de instituições que garantam efetivamente igualdade de oportunidades para todos os indivíduos participarem de decisões de caráter público / coletivo, e igualdade de condições materiais para assegurar tal participação (cf. SOUZA, 2006, p. 100).

Chegando ao nosso continente, dialogamos com Escobar (2014) quando este sugere a concepção de uma *ontologia política do território* para se compreender as lutas autonomistas dos povos tradicionais e originários da América Latina. Para o antropólogo colombiano, ao interromper o projeto globalizador neoliberal, que admite a existência de apenas Um Mundo no planeta Terra, estes povos organizados comunitariamente apre-

¹⁰ Vide, por exemplo, Souza (2016) e Zibechi (2007).

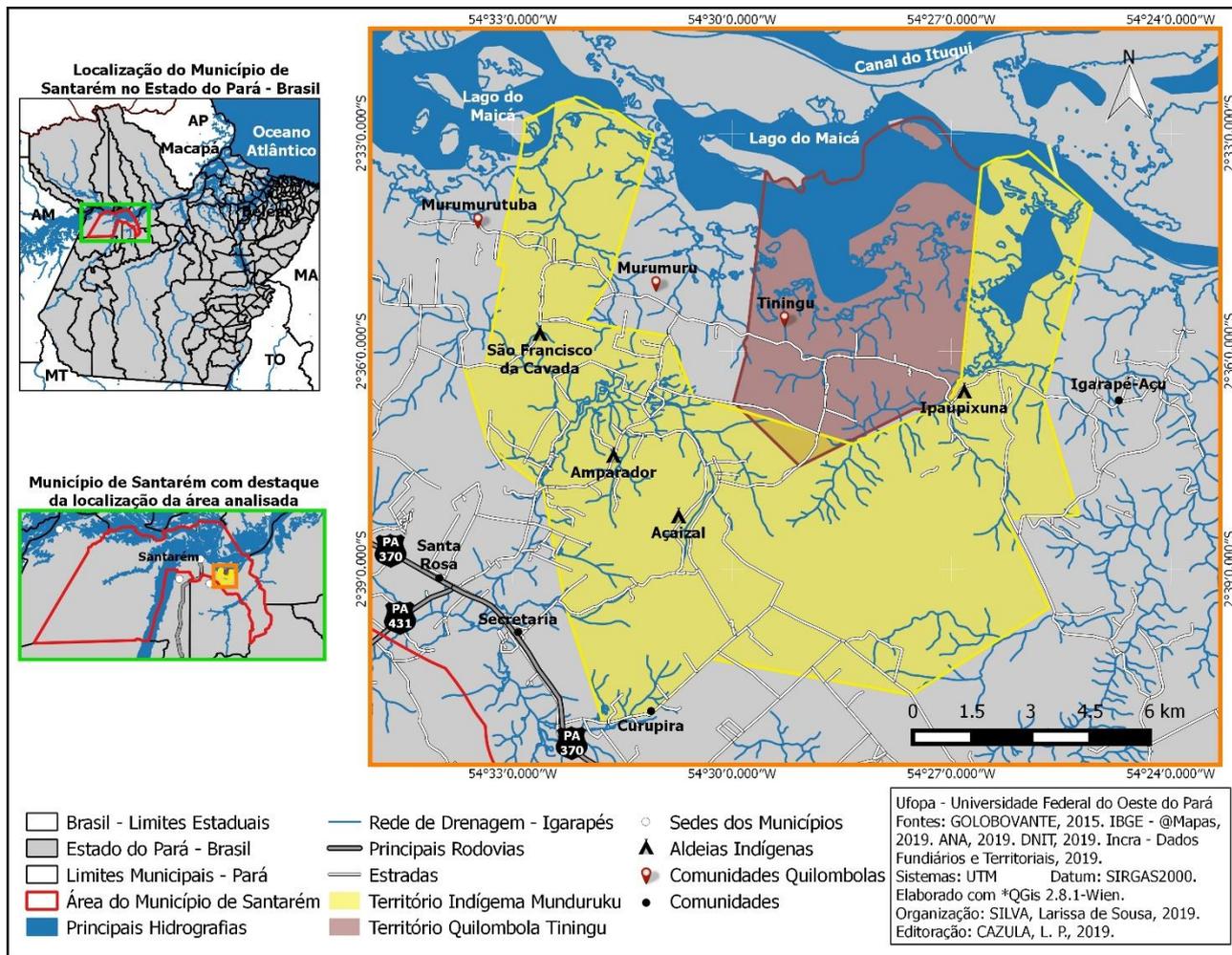
sentam também *lutas ontológicas*, ou seja, que colocam e/ou antecipam outros modos de vida (acrescente-se: outros modos de organização espacial), defendendo, como os neozapatistas, um mundo onde caibam muitos mundos (ESCOBAR, 2014, p. 19). Disso, tem-se a necessidade de *sentipensar com a terra e o território*, interpretar essas lutas como contribuições importantes para transições ecológicas e culturais em direção a este mundo com muitos mundos, ao *pluriverso* (idem). Logo, é nessa salutar “fronteira” que nos encontramos para compreender a construção da autonomia territorial de parte do povo Munduruku, bem como a necessidade de não esperar pelo Estado no que diz respeito à formalização da demarcação de um território.

O processo de autodemarcação da TI Munduruku Planalto iniciou-se no final da década de 2000 e foi concluído em 2015 *apesar do Estado*¹¹, chegando-se à demarcação observada no **Mapa 3**. O referido território conta com pouco mais de 600 habitantes distribuídos em quatro aldeias: Açaizal, Amparador, Ipaupixuna e São Francisco da Cavada¹². O grande projeto espacial do agronegócio avança a partir do sul, enquanto à norte observamos uma sobreposição com territórios quilombolas.

¹¹ Com relação à postura de mobilizações sociais perante o Estado, além do supracitado texto de Souza (2010), ver Souza (2017), especialmente o Cap. 4 da Parte II.

¹² Fonte: Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), 2018.

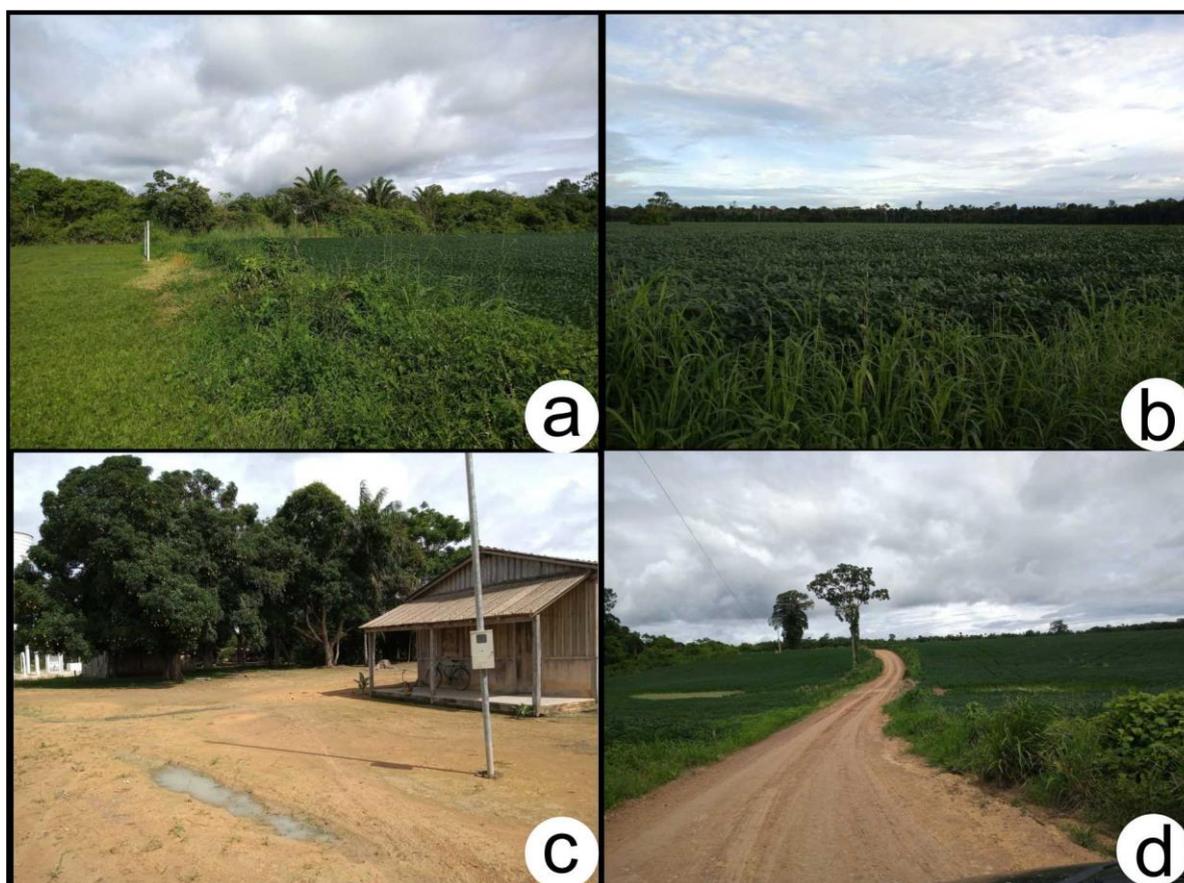
Mapa 3: Autodemarkação da Terra Indígena Munduruku Planalto e sua localização no município de Santarém e no estado do Pará. Observam-se proximidade e sobreposição com territórios quilombolas.



Fonte: Silva (2021).

A sobreposição territorial entre a TI Munduruku Planalto e os territórios dos quilombos Murumurutuba, Murumuru e Tinguu, conforme relatos coletados em trabalho de campo em dezembro de 2019, não é objeto de tensão por parte de quilombolas e povos originários. Vemos aí um exemplo de sobreposição territorial “pacífica”, “harmoniosa” ou, como preferimos, uma sobreposição de bases territoriais comunitárias, com lógicas/epistemes semelhantes. Já o avanço do agronegócio podemos verificar na comunidade Açaizal, com localização observada no Mapa 3 e no **Mosaico de Fotos 2**.

Mosaico de Fotos 2: Comunidade Açaizal. a) Contraste entre um campo de futebol comunitário (à esquerda) e o limite de chegada da soja (à direita); b) vista do campo de futebol comunitário em direção ao “deserto” da soja; c) casa de morador da comunidade; d) vista da estrada de acesso à comunidade.



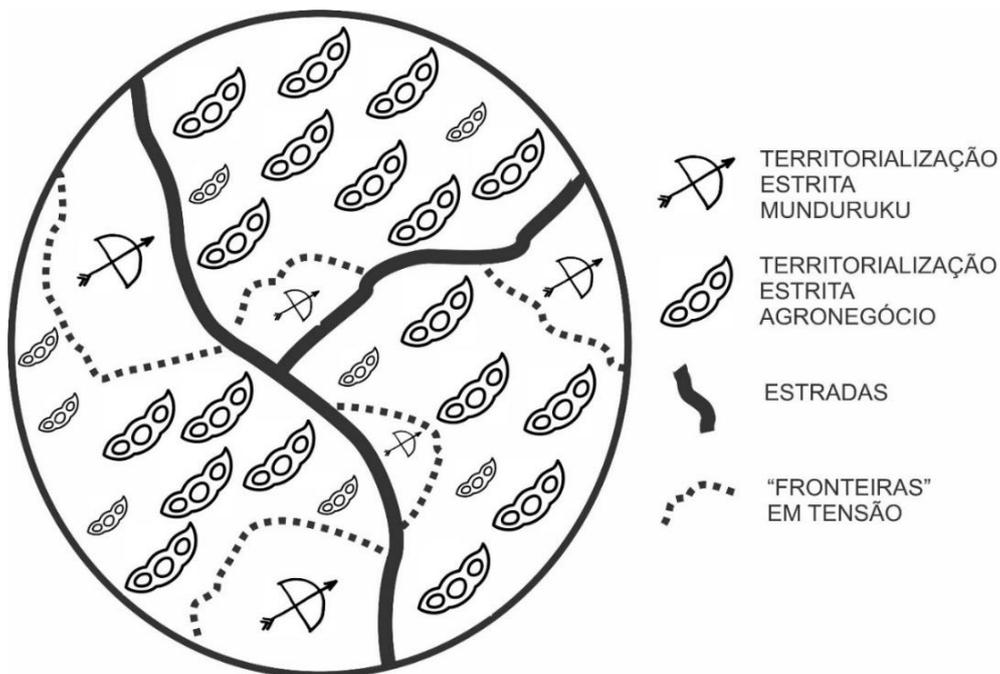
Fonte: fotografias do autor, trabalho de campo em fevereiro de 2020.

Conforme pode ser notado na Composição de Fotos 2, não se trata de um território contínuo e oficialmente “protegido”: o agronegócio se sobrepõe ao território Munduruku e seu “deserto verde” está presente em diversos pontos da comunidade Açaizal, mostrada na composição de fotografias. A utilização intensiva de agrotóxicos na lavoura da soja acaba por disseminar-se pelos cursos d’água e também pelo vento, atingindo os cultivos e as fontes de água dos Munduruku. Devido à proximidade entre o agronegócio que faz uso de agrotóxicos e as terras de povos originários, quilombolas, ribeirinhos, e outros pequenos agricultores, estes últimos acabam desenvolvendo doenças, notada-

mente o câncer, necessitando deixar suas terras para se tratar e morar na cidade de Santarém, constituindo uma espécie de “expulsão químico-sanitária”¹³.

Consideramos, pois, que a TI Munduruku Planalto se aproxima mais de uma territorialização em sentido amplo uma vez que a territorialização estrita do agronegócio se impõe sobre a territorialização estrita Munduruku, tornando o território do povo originário descontínuo e, claro, suas fronteiras em permanente tensão, conforme mostrado no **Esquema (geo)gráfico 1**.

Esquema (geo)gráfico 1: espacialidade da comunidade açaizal demonstrando a territorialização Munduruku sendo “encurralada” pela territorialização do grande projeto espacial do agronegócio.



Fonte: Elaborado pelo autor.

O processo de autodemarcação territorial Munduruku demonstra uma tentativa de construção de autonomia que pode ser pensado multiescalarmente no âmbito da

¹³ Expressão oriunda de diálogo com a geógrafa Isis do Mar Marques Martins. Fonte: depoimento oral.

América Latina, ou melhor, de *Abya Yala*¹⁴, onde as “fronteiras” em tensão são uma expressão espacial da fronteira abissal na escala microlocal. Ressaltamos que a autodemarcação de um território “indígena” ou de um povo “tradicional” é um passo muito importante para ganhos de *autonomia externa*, ou seja, em relação ao exterior do território; contudo, não significa, necessariamente, ganhos de *autonomia interna* ao território. Lideranças cristalizadas, hierarquias “petrificadas”, machismo, patriarcalismo, homofobia etc., podem persistir mesmo num processo que tem a autonomia como horizonte.

4. Enfrentando a fronteira abissal diante da encruzilhada civilizatória

A encruzilhada civilizatória em que se encontram os povos originários apresenta diversos caminhos possíveis que têm a autonomia como horizonte para superar a fronteira abissal. Arturo Escobar (2014, p. 54) coloca que essas lutas (aí incluímos a luta dos Munduruku) não aspiram a “tomada do poder”, mas sim reorganizar a sociedade sobre a base das autonomias locais e regionais (que preferimos chamar de *base territorial comunitária*), e que se caracterizam pela ativação de relações sociais e formas de organização não capitalistas ou não liberais. Dialogando com Mamani (2005) e Zibechi (2006), as lutas por autonomia se mostram em termos de auto-organização com foco na construção de formas de poder não estatais, as quais se manifestam como “microgovernos” de bairro ou “antipoderes dispersos”, ou seja, uma territorialidade alternativa à do Estado.

É importante frisar que o sentido da autonomia na *Abya Yala* é diferente de “autonomias” liberais ou perfeitamente encaixadas no imaginário capitalista. Gustavo Esteva (2019, p. 31) identifica, desde os anos 1980, duas concepções de autonomia: uma *desde abajo*, ligada a movimentos sociais emancipatórios; a outra relacionada a um modelo de

¹⁴ Na língua do povo Kuna (Colômbia), *Abya Yala* é sinônimo de América, entre outros significados. Para mais detalhes, ver Porto-Gonçalves (2009).

descentralização do Estado para uma “governança mais eficiente”. Assim o autor discute sobre o conteúdo da autonomia *desde abajo*:

La propuesta de autonomía, que viene de los pueblos originarios y se extiende cada vez más, busca recuperar facultades y competencias que se les arrebataron desde la Colonia para disponer libremente de sus propios espacios políticos y jurisdiccionales, en que puedan practicar su modo de vida y gobierno. Esta noción reformula la de libre determinación, para definirla como libertad y capacidad de determinarse libremente, en los espacios propios, y determinar con otros pueblos y culturas formas de comunión basadas en un diálogo intercultural que trascienda el totalitarismo del logos y el predominio de una cultura sobre las demás, así como un nuevo horizonte de inteligibilidad en un diseño político que ya no sería el del Estado-nación. Esta noción de autonomía surgió de los pueblos originarios, pero se aplica también en otros pueblos y en grupos rurales y urbanos (ESTEVA, 2019, p. 32).

Ora, tal sentido de autonomia pode (e deve) dialogar frutiferamente com o campo libertário¹⁵, uma vez que o pensamento e a práxis libertários oferecem um histórico de contribuições de reflexão e lutas que têm a autonomia no horizonte. Palavras e ideias como autonomia, combate ao Estado (não apenas capitalista, mas ao Estado *em geral*), autogestão, auto-organização etc., estão presentes nas diversas vertentes desse campo, como o anarquismo e o autonomismo. O que aventamos, de modo inicial, é um diálogo e, talvez, uma “mestiçagem epistemológica” entre o pensamento libertário e o pensamento anticolonial e autonomista em Abya Yala para melhor compreendermos o(s) conteúdo(s) dos “caminhos de autonomia sob a tormenta”¹⁶.

Nesse sentido, e a partir do pensamento de Castoriadis¹⁷, consideramos tais formas de auto-organização de base territorial comunitária (sem confundir com o esgotamento do fenômeno na escala local) uma tentativa de exercício do poder autônomo, não simplesmente como “antipoder disperso” contra o modelo civilizatório capitalista (Estado capitalista incluso), mas também como a construção de poder popular que acena para

¹⁵ Para mais detalhes, consultar Souza (2017) e Bartholl (2018).

¹⁶ Título do texto de Esteva (2019), *Caminos de autonomía bajo la tormenta*.

¹⁷ Ver, por exemplo, Castoriadis (1982; 1992; 2002).

um mundo onde caibam muitos mundos, parafraseando os neozapatistas. É não somente para resistir, mas também para existir, para propor em ação direta.

Considerações Finais

O recorte espacial apresentado, Oeste do Pará, nos revela uma fronteira abissal que, para além das relações estritas de produção, configura um conflito entre diferentes saberes / lógicas inscritas no espaço. Os casos apresentados nesse artigo – a implantação de um porto sobre territórios ribeirinhos e a autodemarcação de um território Munduruku frente ao avanço do agronegócio – ilustram um fenômeno comum à toda Amazônia: grandes projetos espaciais se impondo sobre territórios de povos que resistem e existem. Povos estes com saberes que, inscritos no espaço, apresentam uma organização social de base territorial comunitária, inclusive uma relação sociedade-natureza baseada em outra(s) lógica(s), outras epistemes.

Surgem, então, epistemologias fronteiriças que podem dar conta de uma leitura da realidade sócio-espacial a partir de um olhar libertário e anticolonial.¹⁸ Assim, os conflitos de territorialidades, que são também conflitos ambientais, podem ser vistos como conflitos geoepistêmicos.

Temos a hipótese, pois, de que a Amazônia – e a diversidade de lutas sociais aqui presentes – pode ser lida através da chave de interpretação de conflitos geoepistêmicos em uma fronteira abissal, e isto poderá ser abordado em futuras pesquisas. Os povos de base territorial comunitária indicam preciosos caminhos para sairmos da crise ambiental e, além, da encruzilhada civilizatória a qual nos encontramos. Já para nós pesquisadores(as), cabe, para continuarmos socialmente relevantes neste século XXI em meio ao negacionismo científico e ao obscurantismo, investigarmos *sobre, com e para* movimen-

¹⁸ O olhar libertário é, em si, anticolonial; contudo, gostaríamos de destacar a junção desses dois olhares a despeito da redundância.

tos sociais que apresentam significações imaginárias alternativas ao modelo civilizatório capitalista e apontam para mudanças sociais (e ambientais) que tem a autonomia no horizonte.

Agradecimentos

Este artigo é fruto da pesquisa “Territórios de resistência e o sentido de autonomia para povos tradicionais e originários atingidos por grandes projetos espaciais no Oeste do Pará”, por mim coordenada no âmbito do Núcleo de Pesquisas sobre Espaço, Política e Emancipação Social (NEPES), Geografia-UFOPA. Parte das reflexões e dos dados aqui apresentados é oriunda do diálogo e do trabalho dos membros do NEPES, e a eles endereço os meus agradecimentos: Lucas Echer, Randerson Monteiro Jr., Suzanny da Mota e Willyston de Sousa.

Referências

- BARTHOLL, Timo. **Por uma Geografia em movimento: A ciência como ferramenta de luta.** Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- BECKER, Bertha; MIRANDA, Mariana; MACHADO, Lia Osório. **Fronteira Amazônica: Questões sobre a gestão do território.** Brasília/Rio de Janeiro: Editora UNB/Editora UFRJ, 1990.
- BRINGEL, Fabiano de Oliveira. Fronteira capitalista, campesinato e trabalho – apontamentos na Amazônia. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 1, nº 2., pp. 107-117, 2012.
- BRINGEL, Fabiano de Oliveira; GONÇALVES, Cláudio Ubiratan. Fronteiras agrárias e processos de territorialização do campesinato na Amazônia – uma análise compara-

tiva de projetos de assentamento no sudeste e sudoeste do Pará. **Sociedade e Território**, v. 27, pp. 270-288, 2015.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 (1975).

CASTORIADIS, Cornelius. Poder, política, autonomia. In: **As encruzilhadas do labirinto III – O mundo fragmentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992 (1990).

CASTORIADIS, Cornelius. A democracia como procedimento e como regime. In: **As encruzilhadas do labirinto IV – A ascensão da insignificância**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002 (1996).

CASTORIADIS, Cornelius. Que democracia? In: **As encruzilhadas do labirinto VI – Figuras do pensável**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005 (1999).

CASTRO, Maria da Conceição Araújo. **Mobilização do trabalho na Amazônia: O Oeste do Pará entre grilos, latifúndios, cobiças e tensões**. Tese (Doutorado em Geografia Humana). São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana – USP, 2008.

CORTES, Julia Correa. Novas abordagens para áreas de fronteira agrícola na Amazônia: recente dinâmica demográfica em Santarém, PA. In: **XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais ABEP**. Águas de Lindóia: ABEP, 2012.

CORTES, Julia Correa; D'ANTONA, Álvaro de Oliveira. Fronteira agrícola na Amazônia contemporânea: repensando o paradigma a partir da mobilidade da população de Santarém-PA. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 11, nº 2, pp. 415-430, 2016.

ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la Tierra: Nuevas Lecturas sobre Desarrollo, Territorio y Diferencia**. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

ESTEVA, Gustavo. Caminos de autonomía bajo la tormenta. In: MAKARAN, Gaya; LÓPEZ, Pabel; WAHREN, Juan (orgs.). **Vuelta a la Autonomía: Debates y experiencias para la emancipación social desde América Latina**. p. 21-46.

- GOETTERT, Jones Dari. Paradoxos do lugar mundo: brasileiros e identidades. In: SPOSITO, Elisei Savério; BOMTEMPO; Denise Cristina; SOUSA, Adriano Amaro de (orgs.). **Geografia e migração: Movimentos, territórios e territorialidades**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MACEDO, Fernando Cezar de; GOMES JÚNIOR, Evaldo. Padrão de reprodução do capital, território e infraestrutura de transportes: Os casos de Santarém (PA) e Itaituba (PA). **Boletim Goiano de Geografia**, v. 39, pp. 1-18, 2019.
- MAMANI, Pablo. **Geopolíticas Indígenas**. El Alto: Cades, 2005.
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 2ª edição revista e atualizada. São Paulo: Contexto, 2009.
- MIGNOLO, Walter. Espacios geográficos y localizaciones epistemológicas: La ratio entre la localización geográfica y la subalternización de conocimientos. **Geographia**. v. 7, nº 13, pp. 7-28, 2005.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Entre América e Abya Yala – Tensões de territorialidades. **Desenvolvimento e meio ambiente**, nº 20, pp. 25-30, 2009.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia: Encruzilhada civilizatória. Tensões territoriais em curso**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of World-Systems Research**, v. 11, nº 2, pp. 342-386, 2000.
- QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. Americanity as a concept or the Americas in the modern world-system. **International Social Science Journal**, nº 134, pp. 549-557, 1992.

- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, pp. 23-72, 2009.
- SILVA, Larissa de Sousa. **A luta pelo território Munduruku**: Emergência étnica e territorialidades (re)construídas na aldeia Açaizal – Santarém/PA. (Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Geografia). Santarém: Universidade Federal do Oeste do Pará, 2021.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora**: Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado*: Os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. **Cidades**, v. 7, pp. 13-47, 2010.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. Lessons from praxis: Autonomy and spatiality in contemporary Latin American social movements. **Antipode**, v. 48, pp. 1292-1316, 2016.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Por uma Geografia libertária**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Ambientes e territórios**: Uma introdução à Ecologia Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.
- ZIBECHI, Raúl. **Dispersar el poder**: Los movimientos como poderes anti-estatales. Buenos Aires: Tinta Limón, 2006.
- ZIBECHI, Raúl. **Autonomías y Emancipaciones**: América Latina en movimiento. Lima: Universidad Mayor de San Marcos, 2007.

Rafael Zilio é Professor do curso de Geografia na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e coordenador do Núcleo de Pesquisas sobre Espaço, Política e Emancipação Social (NEPES). **E-mail:** rafael.zilio@yahoo.com.br

Artigo enviado em 03/05/2021 e aprovado em 04/06/2021.